

**TRABALHO E ADOECIMENTO DOCENTE: UM ESTUDO COM  
PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA REDE ESTADUAL DO  
MUNICÍPIO DE JATAÍ (GO)**

**TEACHER WORK AND ILLNESS: A STUDY WITH TEACHERS  
FROM A STATE SCHOOL IN THE CITY OF JATAÍ (GO)**

**TRABAJO DOCENTE Y ENFERMEDAD: ESTUDIO CON  
DOCENTES DE UNA ESCUELA PÚBLICA DE LA CIUDAD DE  
JATAÍ (GO)**

**Natalli Adriane Rodrigues Souza<sup>1</sup>**  
*Nattjti@gmail.com*

**Maria José Rodrigues<sup>2</sup>**  
*mariarodrigues@ufg.br*

**RESUMO:** A década de 1990 trouxe inúmeras mudanças sobre a profissão docente, que refletiram no seu trabalho, na sua qualidade de vida e, conseqüentemente, no seu processo de adoecimento. Por isso, buscou-se compreender com esse estudo como tem se dado o processo de adoecimento docente, tendo em vista pensar nas medidas que podem ser adotadas a fim de minimizar essa problemática. Este estudo foi realizado com professores de uma escola estadual do município de Jataí-GO, e indicou que mais de 50% dos entrevistados precisaram se ausentar do trabalho por motivos de doença, alguns destes já sofriam com a síndrome de Burnout. Como forma de reduzir essa problemática muitos profissionais falaram sobre a necessidade de valorização salarial, redução da jornada de trabalho, disponibilidade de atendimento médico-hospitalar para os professores, entre outros.

**PALAVRAS CHAVE:** Trabalho. Doença. Professor. Jataí (GO).

**ABSTRACT:** The 1990s brought countless changes in the teaching profession, which were reflected in their work, in their quality of life and, consequently, in their illness process. Therefore, this study sought to understand how the teaching sickness process has been occurring, in order to reflect on the measures that can be adopted to minimize this problem. This study was carried out with teachers from a state school in the city of Jataí-GO, and pointed out that more than 50% of the interviewees had to leave work due to illness, some of them already with Burnout Syndrome. As a way to alleviate this problem, many professionals talked about the need for wage appreciation, reduced working hours, availability of medical and hospital care for teachers, among others.

**KEY WORDS:** Work. Disease. Teacher. Jataí (GO).

**RESUMEN:** La década de los noventa trajo muchos cambios a la profesión docente, que se reflejaron en su trabajo, en su calidad de vida y, en consecuencia, en su proceso de enfermedad. Por ello, este estudio buscó comprender cómo se ha desarrollado el proceso salud-enfermedad, con el

---

<sup>1</sup> Professora da Rede Estadual do Estado de Mato Grosso, Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal De Jataí- UFJ/ PPGGEO.

<sup>2</sup> Professora titular do curso de Graduação e Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí-UFJ/ PPGGEO.

fin de reflexionar sobre las medidas que se pueden adoptar para minimizar este problema. Este estudio se realizó con docentes de una escuela pública de la ciudad de Jataí-GO, e indicó que más del 50% de los encuestados tuvo que dejar el trabajo por enfermedad, algunos de ellos ya con Síndrome de Burnout. Como forma de paliar este problema, muchos profesionales hablaron de la necesidad de reevaluación salarial, reducción de jornada, disponibilidad de atención médica y hospitalaria para los docentes, entre otros.

**PALABRAS CLAVE:** Trabajo. Enfermedad. Profesor. Jataí (GO).

## INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 o professor encontrou diversas mudanças no seu campo de trabalho. Tais mudanças impactaram diretamente na função social da escola, bem como na atuação deste profissional em sala de aula.

Estas mudanças foram responsáveis por democratizar o ensino público ao mesmo tempo que inseriram neste ensino um modelo neoliberal pautado principalmente na preparação de sujeitos prontos para atuarem no mercado de trabalho.

Do mesmo modo, a profissão docente foi acompanhada por alterações: ao longo dos anos assistiu-se a um aumento das exigências sobre esse profissional com o consequente aumento da carga horária trabalhada e a desvalorização salarial. Além disso, essa profissão passou a ser cada vez mais desvalorizada do ponto de vista social passando a ser considerada para alguns (FREITAS e CRUZ, 2008) como motivo de vergonha.

Outro fato a ser mencionado é que essas transformações no campo profissional do professor foram acompanhadas pelo processo de adoecimento cada vez mais constante desses profissionais, refletindo em sua qualidade de vida e, até mesmo no seu desempenho no ambiente de trabalho.

Frente a isso e tendo em vista que esse é um assunto que deve ser aprofundado a fim de se entender essa problemática e criar medidas que a minimizem foi de interesse desse estudo compreender como tem-se dado esse processo de adoecimento docente no espaço escolar.

Para isso, foram aplicados questionários com roteiros semi-estruturados junto a seis docentes que atuavam em uma escola pública da rede estadual de ensino de Jataí-GO no ano de 2018.

Além disso, foi realizado um levantamento bibliográfico a respeito da temática estudada com base em autores como Cortez et al (2017), Eisenbach Neto e Campos (2017),

Freitas e Castro (2015), Freitas e Cruz (2008), Jodas e Haddad (2009), Penteado e Souza Neto (2019), Silva, Pimentel e Conceição (2018), entre outros.

## **COMPREENDENDO ALGUNS ASPECTOS DA PROFISSÃO DOCENTE AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DO PROFESSOR**

A partir da década de 1990, a educação brasileira passou por inúmeras mudanças até se constituir no que é hoje. Esta foi permeada por muitas lutas e conflitos, os quais refletiram tanto em mudanças no ambiente escolar, como também na identidade dos estudantes e do professor.

Se levarmos em conta o histórico da educação no Brasil e os processos inerentes a consolidação da figura docente veremos que muitas alterações ocorreram no campo educacional, e que essas impactaram diretamente a qualidade de vida desses profissionais. Ao realizar um trabalho acerca da saúde docente Mariano e Muniz (2006) argumentam que

O trabalho docente é marcado pela constituição de lutas que promoveram mudanças importantes no cenário da educação, a partir da implementação e disseminação de novas ideias, que caracterizaram uma roupagem diferenciada no ensino. Porém, o cenário educativo brasileiro ainda apresenta quadro deficitário no que se refere às questões relacionadas à saúde dos professores e às condições de trabalho, formação e prática profissional docente do ensino público (MARIANO e MUNIZ, 2006, p. 77).

De acordo com Freitas e Castro (2015), o termo professor surge em meados do século XVI e este tinha como função principal contribuir com a consolidação do Cristianismo. O professor era, nesta lógica, o indivíduo responsável por levar a fé cristã através de seus ensinamentos, devendo ter um comportamento exemplar de acordo com os preceitos religiosos estabelecidos pela Igreja Católica.

Além disso, a prática de ensinar não era considerada enquanto uma profissão e sim como uma doação, missão de fé, dom, algo que era feito para Deus (PENTEADO e SOUZA NETO, 2019). Esse tipo de visão messiânica acerca da atividade docente veio a refletir na forma que as demandas profissionais destes passaram a ser entendidas nos dias atuais, como algo passível de ser deixado de lado, deixado para o próximo ano, adaptado,

entre outros, refletindo tanto na condição de saúde desses profissionais como também no desenvolvimento de seu trabalho.

Nos séculos seguintes, a atividade docente passou a ser considerada como um ofício, e as funções exercidas pelo professor passam por algumas alterações, a doutrinação cristã foi substituída pelo conhecimento científico e ideologia de mercado, pautando-se na formação de sujeitos prontos para atuarem no mercado de trabalho.

Nesta lógica, por conta da preocupação com a qualidade do ensino e com a formação do professor no dia 15 de outubro de 1827 foi criada primeira lei geral que normatizava as chamadas “escolas de primeiras letras”. Já em meados de 1935 foi determinado que a formação dos professores deveria ser de responsabilidade das províncias (Ato nº 10 de 04 de Abril de 1935) (SAVIANI, 2005).

Já na década de 1890, o interesse em melhorar a processo de ensino aprendizagem se amplia, refletindo na promulgação do decreto nº 27 de 12 de março de 1890, o qual normatizava a necessidade e importância do professor se pautar no conhecimento científico durante suas aulas (SAVIANI, 2005) (SCHEIBE, 2008).

No entanto, essa formação pautada em aspectos científicos era destinada apenas a alunos pertencentes a classe alta da sociedade. Quando comparada a educação fornecida a pobres e ricos via-se uma distinção, enquanto era oferecida uma educação profissionalizante aos alunos de classe baixa, os alunos da classe alta recebiam um ensino voltado para sua formação intelectual e crítica.

Nesta perspectiva não se tinha interesse em dedicar o mesmo tipo de educação a ricos e pobres, o que contribuía para que os abismos sociais se mantivessem, refletindo na permanência da mesma estrutura social e na impossibilidade desta sofrer alguma alteração.

Recaía sobre a figura do professor a responsabilidade de formar alguns sujeitos para comporem a massa trabalhadora e outros poucos para assumirem cargos de destaque na sociedade. A educação, neste momento já era utilizada como um instrumento de domínio.

Com a expansão do capitalismo e a crescente necessidade de formar sujeitos capazes de atuar e se readequarem no mercado de trabalho quando fosse necessário, a partir da década de 1980 passou a se exigir mais do profissional docente, sendo necessário que este obtivesse uma formação universitária a fim de atuar na sala de aula. Outro fato a ser mencionado é que a partir de então a atividade docente passou a ser considerada uma profissão.

A necessidade de formar profissionais que atendessem os interesses do mercado de trabalho aliado a movimentos progressistas contribuíram para a democratização do ensino escolar e o aumento da exigência quanto ao trabalho docente.

De acordo com Libâneo (1994), a democratização do ensino elevou a qualidade do ensino para os sujeitos que antes só recebiam um ensino profissionalizante. Assim, esses alunos passaram a receber um ensino de melhor qualidade.

Entretanto, inicialmente a forma que esse ensino era realizado não estava atendendo as necessidades de aprendizagem, sendo necessárias mudanças na forma de ensinar por parte do professor. Dentre os problemas enfrentados pela escola neste período podemos destacar a dificuldade dos alunos em verem significado nos conteúdos ofertados na escola, o que contribuía com o número crescente de evasão escolar (LIBÂNEO, 1994).

Por conta disso, foram necessárias mudanças no ambiente escolar, dentre as quais podemos destacar a readequação do conteúdo a realidade do aluno e o desenvolvimento de projetos de interação entre a escola e a comunidade. Tais alterações repercutiram na adoção de um ensino mais crítico, pautado na compreensão do aluno acerca do seu cotidiano e na relação deste com o conteúdo estudado em sala de aula.

Esses fatos passaram a exigir uma maior dedicação do professor que, para atender as novas necessidades, passou a utilizar do seu tempo livre para conseguir readequar sua prática as novas mudanças sofridas pela sua profissão. A esse respeito, Gasparini, Barreto e Assunção (2005) enfatizam que

[...] o papel do professor extrapolou a mediação do processo de conhecimento do aluno, o que era comumente esperado. Ampliou-se a missão do profissional para além da sala de aula, a fim de garantir uma articulação entre a escola e a comunidade. O professor, além de ensinar deve participar da gestão e do planejamento escolares, o que significa dedicação mais ampla, a qual se estende as famílias e a comunidade (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005, p. 191).

Como já fora mencionado as mudanças na atividade docente não foram acompanhadas da valorização salarial, da adequação da carga horária, da melhoria da infraestrutura das escolas, da disponibilização de materiais didáticos aos alunos, da valorização da educação, entre outras mudanças.

A expansão e consolidação do capitalismo como modelo econômico, aliado a políticas neoliberais acabou por aprofundar ainda mais a problemática da sobrecarga do professor. Com a necessidade crescente do mercado de trabalho, além de conduzir ao

conhecimento e contribuir com uma formação crítica e reflexiva dos alunos, o professor assumiu também a responsabilidade pela formação profissional dos estudantes, nos locais onde existem outros cursos profissionalizantes.

Diante da responsabilidade social do professor e da necessidade de preparar o aluno para o mercado de trabalho, muitos docentes acabam se vendo perdidos quanto a que aspecto da educação dar um maior foco: formar cidadãos ou formar trabalhadores? “Dessa forma, o professor se sente profundamente responsável pelo sucesso ou fracasso de seu aluno em todas as esferas sociais” (FREITAS e CASTRO, 2015, p. 15884)

Esta auto responsabilidade acerca do sucesso de seu aluno associado as mudanças no contexto educacional impactaram a saúde do professor que, ao longo dos anos tem se tornado uma categoria cada vez mais adoecida, necessitada do uso de medicamentos e de pedidos de licenças médicas para tratamentos de saúde.

Esse contexto, nos leva a refletir acerca do que pode ser feito do ponto de vista político e cultural para que esses profissionais possam viver melhor e ter o ambiente de trabalho como um lugar que os possibilita melhorar de vida ao invés de adoecê- los.

## **ADOCIMENTO DOCENTE: TRAÇANDO ALGUMAS REFLEXÕES**

Ao realizarem um estudo acerca da saúde docente, Cortez et al (2017) mencionam que,

A saúde do trabalhador é um campo interdisciplinar articulado com movimentos sociais que surgiu por meio de críticas às limitações dos modelos sociais e políticos vigentes em sua época. Nesse sentido, como parte da saúde coletiva, constitui-se como espaço interdisciplinar e pluri-institucional que apreende o trabalho como um dos principais determinantes sociais da saúde. Por essa razão, a saúde do trabalhador segue em um caminho favorável ao empoderamento dos trabalhadores, valorizando o bem-estar do sujeito em detrimento das práticas organizacionais, o que muitas vezes resulta em embates teóricos quanto à possibilidade do pleno exercício de suas proposições (CORTEZ et al, 2017, p. 114).

Tendo em conta que a relação entre trabalho e saúde é muito importante para se compreender os processos que envolvem o processo saúde- doença do trabalhador, objetivou-se com este estudo entender como o ambiente escolar tem se assumido enquanto um espaço de adoecimento docente.

Cortez et al (2017), ressaltam que o processo de adoecimento docente se acentua a partir da década de 1990, quando o professor começa assumir novas responsabilidades além da sala de aula, o que foi se intensificando até os dias atuais. Essas responsabilidades estão muito ligadas ao maior estreitamento da escola com a comunidade, a necessidade de maior integração do professor as atividades escolares, a formação profissional e ética do aluno, entre outros elementos.

A sobrecarga de trabalho, não foi acompanhada da valorização do profissional refletindo na desvalorização gradual do professor, tendo impactos negativos tanto na remuneração quanto no reconhecimento desse profissional por parte da sociedade.

Tais elementos foram percussores ao aumento massivo de profissionais que desistiram da profissão, que adoeceram em função desta e, até mesmo, que passaram a ter vergonha de se assumirem enquanto professores (FREITAS e CRUZ, 2008), dada a acentuada desvalorização profissional que os mesmos passaram a enfrentar.

Elementos como estes, nos levam a refletir a respeito dos fatores que tem contribuído para que a classe dos professores seja considerada como de alto potencial para ficar doente. Em um estudo desenvolvido por Barreto (2004) o mesmo ressalta que, de acordo com a Organização Mundial do Trabalho (OIT), os professores são o segundo grupo de profissionais que mais adoecem no mundo e, mesmo diante desse problema, o que se observa que não são adotadas medidas que viabilizem uma melhor condição de trabalho a essa classe de profissionais.

Pensando a este respeito e tendo como base estudos teóricos que tratam da temática, foi realizado um levantamento de dados com professores de uma escola estadual do município de Jataí- GO, a fim de atestar se essa problemática evidenciada na literatura se faz presente na realidade dos professores.

Este estudo foi realizado com seis professores do ensino fundamental II, tendo em vista o fato de esses trabalharem em mais de uma unidade escolar e em diferentes séries, com públicos de diferentes faixas etárias, assumindo em alguns casos disciplinas fora da sua área de formação.

Pelo fato da escola onde o estudo foi realizado ser pequena, foram entrevistados seis professores que atuavam em turmas de 6º a 9º ano do ensino fundamental naquele estabelecimento. Cabe ainda destacar que todos os entrevistados trabalhavam com outros públicos (Ensino Médio/ Educação de Jovens e Adultos- EJA) nas outras unidades escolares em que atuavam.

Antes de ser realizada a pesquisa com estes profissionais foram encaminhadas aos mesmos as informações que envolviam o presente estudo e os objetivos que se pretendia alcançar a partir da mesma. Notou-se que os professores ficaram interessados na temática mas, ao mesmo tempo, receosos haja vista este ser um tema associado a conflitos no espaço escolar.

Dentre os professores entrevistados apenas dois estavam iniciando a carreira docente (com até um ano de experiência), enquanto os demais alegaram possuírem bastante experiência em sala de aula, atuando em diferentes escolas do município de Jataí tanto na rede pública quanto privada, em cursinhos pré-vestibulares, entre outros.

Quanto a atuação desses profissionais, identificou-se que todos trabalhavam ao menos em duas escolas diferentes no município de Jataí. Ao serem questionados a respeito da motivação que os levavam a trabalhar em mais de uma escola, os mesmos justificaram que buscavam uma complementação de sua renda. De acordo com os mesmos, por conta dos baixos salários era necessário pegar aulas em outros locais, o que acabava por refletir na sobrecarga de trabalho.

Ao tratarem a respeito da desvalorização salarial do professor, Mariano e Muniz (2006) argumentam que

Os baixos salários, além de não atenderem às reais necessidades das docentes, trazem insatisfações, dissabores e uma sobrecarga de trabalho. O professor tem que trabalhar em dois ou três turnos, como também desenvolver uma outra atividade remunerada, na tentativa de aumentar seus rendimentos salariais, o que, em geral, compromete cada vez mais a qualidade de seu desempenho e de sua saúde (MARIANO e MUNIZ, 2006, p. 77).

Dentre os professores que participaram desta pesquisa, apenas um relatou ter uma carga horária inferior a 30 horas semanais. Os demais relataram que trabalhavam de 30 a 42 horas semanais dentro de sala de aula, sendo essa carga horária distribuída em pelo menos 2 turnos.

Outro fato que merece destaque quanto a carga horária de trabalho relatada pelos professores é que consideramos apenas o período dentro de sala, e não as atividades realizadas fora de sala, as quais envolvem planejamento, correção de atividades e provas, entre outros. Isso, nos levou a deduzir que esses profissionais que trabalhavam mais de 40 horas semanais, e que levavam trabalho para ser realizado em suas residências e nos seus momentos de descanso.



A respeito dessas atividades que são realizadas fora da sala de aula Silva e Guillo (2015, p. 4) consideram que “O ensino básico, em especial, tem atribuído inúmeras funções aos professores, muitas vezes além de sua carga horária de trabalho, dando continuidade às atividades em casa e nos finais de semana, sobrecarregando muitas vezes os profissionais”.

Leal e Cardoso (2015) ainda relatam que,

A baixa remuneração leva a outro fator de precarização que é a alta carga horária, extrapolando o tempo presente em sala de aula. Além de trabalhar 40 horas semanais, o professor sempre necessita de tempo extra para preparar suas aulas para diversas turmas e séries, corrigir provas e trabalhos, buscar atividades que melhorem suas práticas, dentre outras atribuições da profissão pelas quais são cobrados, pois independente da área em que lecionam, necessitam de constante atualização, bem como a responder prazos e metas (LEAL e CARDOSO, 2015, p. 161).

Quando a relação existente entre trabalho e saúde, 100% dos entrevistados concordaram que a atividade docente traz prejuízos a saúde, e que em algum momento de sua atuação tiveram de ir trabalhar doentes.

Destes professores, 50% relataram que já tiveram de se ausentar do trabalho por motivos de doença. Apenas uma professora relatou que a experiência não fora ruim: de acordo com essa, a equipe pedagógica da escola deu todo o apoio necessário a mesma, auxiliando-a nas suas necessidades. Já os demais professores, relataram que suas experiências foram ruins e até mesmo constrangedoras, como relatado pelo entrevistado P1

“Ter de se ausentar da escola foi constrangedor, mesmo sendo por motivo de saúde. Infelizmente, professor não tem suporte pedagógico para se ausentar, tendo que pagar do próprio bolso por um substituto no seu momento de ausência, fora as cobranças que existem mesmo diante da justificativa da ausência por problemas de saúde” (Entrevistado P1-entre 10 a 15 anos de atuação).

Diante do relato anterior e tendo em vista o fato de muitos professores irem trabalhar mesmo estando doentes, Penteadó e Souza Neto (2019) ressaltam que muitas vezes a doença é vista pelo professor como algo vergonhoso, o que acaba gerando uma naturalização da situação de doença, fazendo com que o mesmo passe a deixar sua saúde de lado em função da sua profissão.

Freitas e Castro (2015, p. 15889), ainda destacam que do ponto de vista social e econômico, a ausência desse profissional no ambiente escolar é, em muitos casos “[...]”

compreendido como preguiça ou dissimulação do professor”, o que acaba por aprofundar ainda mais essa naturalização da condição de doença.

Para Freitas e Castro (2015), toda essa situação pode ter uma justificativa histórica, haja vista o fato de a profissão docente ter sido por muito tempo considerada uma missão de fé e amor, uma espécie de peregrinação e doação.

Ao serem questionados se já ficaram doentes, ou tiveram doenças agravadas em função do seu trabalho mais de 50% dos professores responderam positivamente a pergunta. Dentre as complicações ligadas a saúde desses profissionais que foram relatadas, podemos citar: problemas respiratórios, insônia, anemia, depressão, déficit de atenção, entre outros.

Dentre os problemas relatados pelos professores observa-se que muitos estão associados a chamada Síndrome de Burnout, a qual se trata de uma resposta emocional a situações de extremo stress no ambiente de trabalho. Dentre os sintomas dessa síndrome pode-se destacar a depressão, o descontentamento profissional, o desgaste físico e emocional, a insônia, o sentimento de incompetência, entre outros.

De acordo com Silva, Pimentel e Conceição (2018) o conceito de Burnout,

[...] surgiu nos Estados Unidos e significa destruir-se ou queimar por completo. Freudenberger foi o psicanalista que citou esse termo pela primeira vez na década de 70, definindo a Síndrome de Burnout ou esgotamento profissional como um alto desgaste fazendo altas demandas de energia ou recursos (SILVA; PIMENTEL; CONCEIÇÃO, 2018, p. 3).

Partindo desta perspectiva, se observa que essa síndrome está muito relacionada ao desgaste físico e psicológico do profissional, refletindo nas suas relações com colegas de trabalho e no seu desempenho, podendo até mesmo evoluir para doenças sérias principalmente ligadas a saúde mental. Sobre esse assunto Jodas e Haddad (2009) indicam que;

O desenvolvimento dessa síndrome decorre de um processo gradual de desgaste no humor e desmotivação acompanhado de sintomas físicos e psíquicos. O trabalhador perde o sentido da sua relação com o trabalho e faz com que as coisas já não tenham mais importância. É caracterizada por três dimensões sintomatológicas: exaustão emocional verificada pela presença do esgotamento emocional e/ou físico, despersonalização observada pela insensibilidade emocional ou endurecimento afetivo e falta de envolvimento no trabalho, identificada pela inadequação pessoal e profissional. A síndrome de burnout manifesta-se através de quatro classes sintomatológicas, sendo: física, quando o trabalhador apresenta

fadiga constante, distúrbio do sono, falta de apetite e dores musculares; psíquica observada pela falta de atenção, alterações da memória, ansiedade e frustração; comportamental, identificada quando o indivíduo apresenta-se negligente no trabalho, com irritabilidade ocasional ou instantânea, incapacidade para se concentrar, aumento das relações conflitivas com os colegas, longas pausas para o descanso, cumprimento irregular do horário de trabalho; e defensiva, quando o trabalhador tem tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, empobrecimento da qualidade do trabalho e atitude cínica (JODAS e HADDAD, 2009, p. 193).

Frente as diferentes situações que geravam mal-estar entre os professores e poderiam estar associadas a ocorrência dessa síndrome, identificou-se que outro fato que preocupava os mesmos estava relacionado a sua desvalorização profissional. Ficou evidente que esta os afetava psicologicamente, já que não sentiam que seu trabalho era reconhecido tanto do ponto de vista econômico, quanto social e político.

Do ponto de vista econômico, estes relataram que os salários deveriam ser reajustados, e que a carga horária semanal dos professores da rede estadual deveria ser reduzida, o que lhes oportunizaria desenvolver um trabalho melhor e desfrutar de uma melhor qualidade de vida.

Quanto ao viés político, todos os profissionais demonstraram uma insatisfação quanto ao sistema educacional, a falta de suporte pedagógico e a falta de autonomia dos profissionais. Ao considerar os impactos da perda dessa autonomia, Freitas e Castro (2015) destacam que,

[...] a perda da autonomia do professor diminui seu domínio sobre o processo e o produto de seu trabalho, o alienando e desmotivando. A exigência extrema sobre ele, visto e cobrado, por muitos, como o único responsável por uma excelência do ensino, dentro de uma lógica de competitividade e produção, cria dentro da escola um ambiente de competição, inveja, intriga, vaidade, ciúme fragilizando os vínculos (rede social de suporte) e favorecendo sentimento de frustração (FREITAS e CASTRO, 2015, p. 15885).

A respeito desse assunto um dos docentes ainda relatou que

“O sistema educacional age de uma forma que deixa os nossos alunos, em sua maioria acomodados, quanto a necessidade de aprenderem. Acredito que os alunos que vão para a escola apenas para atrapalhar, e que não se importam com sua aprendizagem e a dos demais colegas, deveriam ser reprovados” (Entrevistado P5- até 1 ano de atuação).

O mesmo ainda complementou dizendo que

“O sistema educacional deve exigir mais dos alunos e não apenas dos professores. Também é necessário que o Estado passe a investir nas escolas e na capacitação dos professores (formação continuada)” (Entrevistado P5- até 1 ano de atuação).

O último relato do entrevistado P5, deixou evidente o incômodo que os docentes possuem com relação as cobranças por parte do governo no que diz respeito as avaliações externas que se constituem como uma forma de avaliar a aprendizagem do aluno mas também o desempenho do professor. Nesta perspectiva, se os alunos se saem mal nas avaliações, o professor passa a ser visto enquanto um mal profissional.

Eisenbach Neto e Campos (2017, p. 10993) deixam transparecer um desconforto a respeito de como essas avaliações são pensadas, ao revelarem que “[...] o governo, em resposta às influências neoliberais, equipa-se para avaliar o desempenho da educação com instrumentos de avaliação dos produtos, como se fosse possível pensar a educação sob essa equação mercadológica.

Ao falar a respeito desse tipo de situação, Penteadó e Souza Neto (2019) relatam que a mesma parte de uma perspectiva capitalista pautada na preocupação com a produtividade, enfim, com números.

De acordo com Eisenbach Neto e Campos (2017) esta prática adotada pelos governos vem de um contexto neoliberal, baseado na produtividade e nem sempre na qualidade. Nesta lógica, “[...] os reflexos neoliberais sobre a educação a transforma em uma mercadoria de mercado. A educação passa a ser um negócio, altamente rentável” (EISENBACH NETO; CAMPOS, 2017, p. 10995).

Quanto as outras dificuldades que prejudicavam a prática pedagógica dos professores, foi elencado que a falta de materiais pedagógicos básicos, é outro problema que acabava prejudicando muito o aprendizado dos alunos.

“Necessita-se de uma maior valorização do profissional além da modernização das escolas tanto em questões estruturais, como também em recursos didáticos e tecnológicos” (Entrevistado P1- entre 10 a 15 anos de atuação).

E ainda,

“Existe uma carência muito grande de livros didáticos e paradidáticos, de dicionários, mapas, sala de informática, entre outros. A falta de materiais pedagógicos diferentes acabam prejudicando e limitando o aprendizado dos alunos que poderiam aprender por meio de metodologias diferentes

e interessantes. Diante dessas dificuldades, tentamos nos readequar de modo a dar uma aula diferente (dentro das nossas possibilidades) e, ao mesmo tempo de qualidade” (Entrevistado P6- até 1 ano de atuação).

Diante desses posicionamentos, observou-se que a falta de infraestrutura preocupava muito os professores pois além de prejudicar o desenvolvimento de um trabalho de melhor qualidade, refletia também no aprendizado dos alunos.

Outro fato que precisa ser pensado quando refletimos a respeito do depoimento do entrevistado P6, refere-se a readequação do professor a sua realidade. Para Silva e Guillo (2015, p. 4), muitas vezes essa tentativa do docente de se ajustar em meio as dificuldades “[...] leva ao esgotamento dos recursos emocionais e como consequência a deterioração profissional, pessoal e problemas de saúde”.

Questionados a respeito de como viam sua profissão socialmente, todos os entrevistados relataram que se sentiam pouco valorizados por parte da sociedade. Tal desvalorização era sentida com base no desrespeito por parte dos alunos, na ausência dos pais nas reuniões escolares, na falta de apoio recebido pela sociedade, entre outros.

Acerca disso Leal e Cardoso (2015) argumentam que

Além do fato de os professores serem pouco valorizados, a comunidade em geral, muitas vezes não julga ser tão importante o investimento em educação, como pode ser percebido no descaso por parte de alguns pais com relação à situação trabalhista dos docentes e ao desempenho escolar de seus próprios filhos. Esse aspecto pode ser definido como o valor simbólico que uma sociedade dá a determinada profissão (LEAL e CARDOSO, 2015, p. 163).

Mesmo diante das dificuldades enfrentadas e da desvalorização sofrida, todos os professores relataram não ter se arrependido da profissão, demonstrando que o local de trabalho dos mesmos, apesar de ter problemas era o lugar que os mesmos se sentiam bem.

Tal análise nos permite evidenciar uma relação dicotômica, já que o local que adoce é também, o ambiente que gera satisfação. A profissão docente apresenta uma espécie de duplicidade; ora é boa, ora é ruim (TOSTES et al, 2018).

Ao explicitarem a respeito das boas sensações proporcionadas pela profissão, foi relatado o seguinte:

“Gosto de dialogar sobre os contextos abordados na minha área de formação. Além disso, tenho a oportunidade de ensinar o pouco que sei e, ao mesmo tempo adquirir mais conhecimento a partir da troca de experiências com os meus alunos” (Entrevistado P1- entre 10 a 15 anos de atuação).

E,

“Gosto do que faço pois minha profissão me permite contribuir com a formação de cidadãos e a atribuição de valores éticos aos estudantes” (Entrevistado P3- até 5 anos de atuação).

Foi possível observar que a satisfação dos professores em atuar na sua profissão estava muito arraigada a função social do profissional docente: contribuir com o conhecimento e, ao mesmo tempo, formar indivíduos para atuarem enquanto cidadãos.

À vista disso, é reacendida a importância social do professor e a necessidade de transformar a realidade do sistema educacional de todo o país e melhorar a qualidade de vida desses profissionais.

Levando em conta a realidade de Jataí e também do Brasil no que diz respeito a valorização do professor, foi perguntado aos mesmos o que poderia ser feito para melhorar sua saúde: além da valorização salarial, os mesmos citaram a abertura de novos concursos públicos, a redução de alunos por sala de aula, e a disponibilização de atendimento médico e psicológico aos professores.

A promoção de saúde a partir disponibilização de um serviço médico adequado aos professores poderia refletir na prevenção de doenças, o que geraria uma redução de afastamentos por questões de saúde, por exemplo.

Nesta ótica, observa-se que são diferentes elementos que podem trazer uma melhoria a condição de saúde dos professores. É necessário que sejam aprofundadas as discussões sobre a temática, a fim de que se traçarem propostas que transformem a realidade desses.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que a educação é fruto de inúmeros processos, os quais além de terem impacto sobre a estrutura e função do espaço escolar, refletem ao longo dos anos na estrutura social, na formação de indivíduos atuantes no mercado de trabalho, na formação de cidadãos e, também na atuação docente.

Do ponto de vista profissional, essas mudanças não trouxeram um quadro positivo para os profissionais da educação refletindo negativamente em sua qualidade de vida e no processo saúde-doença destes. Tais elementos além de terem contribuído com a desvalorização da profissão, acabou aprofundando ainda mais o descontentamento desses profissionais.

Diante disso, objetivou-se com este estudo compreender, como tem se dado o processo de adoecimento docente no ambiente escolar, levando em conta ainda os fatores inerentes a esse adoecimento e as possíveis medidas capazes de mitigar esse problema.

Buscando compreender essa problemática do ponto de vista do profissional docente, optou-se por realizar entrevistas com profissionais de uma escola estadual do município de Jataí, levando em conta suas apreensões e anseios a respeito de sua profissão.

Com base nos dados foi possível evidenciar que todos os professores trabalhavam em mais de uma escola, o que foi explicado tomando como referência a necessidade de complementação de renda, haja vista o fato de os salários dos mesmos serem baixos.

Observou-se que esse fato acabou refletindo na sobrecarga desses profissionais, a qual impactou tanto na qualidade do trabalho destes, bem como na sua qualidade de vida.

Pensando a respeito dessa sobrecarga de trabalho e nos seus impactos sobre a saúde docente, identificou-se que dentre os entrevistados apenas um profissional tinha uma carga horária de trabalho dentro de sala de aula inferior a trinta aulas semanais. Os demais professores possuíam uma carga horária de trabalho dentro da sala de aula que variava entre trinta e quarenta e duas horas semanais.

Quanto ao processo saúde-doença, 100% dos entrevistados alegaram que sua profissão trazia prejuízos à saúde e que em algum momento de sua carreira foram trabalhar doentes. Destes professores, 50% relataram que já tinham se ausentado do ambiente escolar por motivos de doença.

Dentre os docentes que precisaram se ausentar do trabalho, apenas um relatou que essa experiência não foi ruim, enquanto os demais disseram terem se sentido constrangidos por precisarem faltar ao ambiente de trabalho mesmo mediante a apresentação de atestado médico.

A partir de levantamentos a respeito dos problemas de saúde pelos quais passavam esses profissionais, observou-se que muitos (depressão, insônia, déficit de atenção, etc.) estavam associados a síndrome de Burnout, a qual tem relação com situações extremas de stress.

Notou-se que parte das situações que geravam estresse entre estes profissionais eram ocasionadas por conta da desvalorização profissional sofrida, tanto do ponto de vista econômico, quanto social, político e cultural.

Mesmo frente a situações de desvalorização e descontentamento profissional, todos os professores entrevistados alegaram gostar da sua profissão, tendo como referência o fato de a mesma cumprir uma função social, fazendo do espaço escolar um ambiente dicotômico que ora é bom, ora é ruim.

Buscando entender o ponto de vista dos professores a respeito das medidas necessárias a melhoria de sua saúde, foi perguntado aos mesmos o que poderia ser feito a fim de mudar essa situação: os mesmos relataram que, além da valorização profissional, a criação de concursos para a efetivação destes, a melhoria da infraestrutura das escolas, a redução dos alunos por sala de aula, o reajuste salarial e a oferta de uma assistência médico-psicológica a esses profissionais seria imprescindível para que a escola deixasse de ser um espaço de adoecimento docente.

Nesta lógica, faz-se necessário que sejam traçadas e adotadas medidas que contribuam com a saúde do professor, haja vista o fato de que a adoção dessas medidas refletirão em um melhor desempenho por parte desses profissionais e até mesmo na redução de pedidos de licenças médicas, por exemplo. Deve-se ressaltar ainda que essas medidas devem ser pensadas junto com o profissional docente, a fim de atender as reais demandas dessa categoria.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, M. “Os educadores estão doentes. Quem são os responsáveis?” **In.: Informativo do Sindicato Municipal dos Profissionais de Ensino da Rede Oficial do Recife**. Recife: SIMPERE, novembro de 2004.

CORTEZ, Pedro Afonso et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro (RJ), v. 25, n. 1, 113-122, 2017

EISENBACH NETO, Filinto Jorge; CAMPOS, Gabriela Ribeiro de. O impacto do neoliberalismo na educação brasileira. In.: XIII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, 2015, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR), 2017, p. 15880- 15893

FREITAS, Cinara Aline de; CASTRO, Ralph de. Saúde do professor: um olhar para o Brasil e para os servidores da rede municipal de ensino de Uberaba-MG. In.: XII Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, 2015, Curitiba (PR). **Anais...** Curitiba (PR), 2015, p. 15880- 15893



FREITAS, Cláudia Regina; CRUZ, Roberto Moraes. Saúde e trabalho docente. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 2008, Rio de Janeiro RJ). **Anais...** Rio de Janeiro (RJ), 2008, p. 1- 15

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO; Sandhi Maria; ASSUNÇÃO; Ada Ávila. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa:** São Paulo (SP), v. 31, n. 2, 2005, p. 189- 199

JODAS, Denise Albieri; HADDAD, Maria do Carmo Lourenço. Síndrome de Burnout em trabalhadores de enfermagem de um pronto socorro de hospital universitário. **Acta paul. enferm.** 2009, v. 22, n.2, p.192-197

LEAL, Carmem Luyara Canabarro; CARDOSO, Eduardo Schiavone. Contribuições à análise das condições de trabalho e saúde dos professores de geografia do ensino básico público de Santa Maria, RS. **Revista Formação**, n.22, v. 1, 2015

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994

MARIANO, Maria do Socorro Sales; MUNIZ, Hélder Pordeus. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro (RJ), ano 6, n.1, 2006.

PENTEADO, Regina Zanella; SOUZA NETO, Samuel de. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc.** São Paulo (SP), v.28, n.1, p.135-153, 2019

SAVIANI, Demerval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Educação**. Santa Maria- RS, v. 30, n. 2, p. 11- 26. 2005.

SHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil- a herança histórica. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2-3, p. 41-53, jan./dez. 2008

SILVA, Ana Paula Ferreira; PIMENTEL, Naiene dos Santos; CONCEIÇÃO, Edilene Maria da. A síndrome de burnout em professores universitários de instituições públicas e privadas. In.: XV Seget, 2018, Resende (RJ). **Anais...** Resende (RJ), 2018, p. 1- 14

SILVA, Regisnei Aparecido Oliveira; GUILLO, Lídia Andreu. Trabalho docente e saúde: um estudo com professores da educação básica do Sudoeste goiano. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí (GO), v. 11, n. 2, p. 1- 17, 2015

TOSTES, Maiza Vaz et al. Sofrimento mental de professores do ensino público. **Saúde debate**. Rio de Janeiro (RJ), v. 42, n. 116, P. 87-99, 2018

Submetido em Janeiro de 2021

Aceito em Maio de 2021